

CULTURA E NATUREZA NA “ÁFRICA ALEMÃ”¹

Sílvio Marcus de Souza Correa²

Resumo: O presente artigo trata da relação cultura e natureza durante o colonialismo alemão na África, atentando para a emergência de ideias de preservação da vida selvagem. Em termos metodológicos, fez-se um recorte espacial e temporal que tem por foco a África Oriental Alemã (atual Tanzânia) entre 1906 e 1912, ou seja, durante o governo de Albrecht von Rechenberg (1861-1935). Nestes anos, as mudanças nas leis de caça e outras medidas suscitaram uma mobilização de alguns amadores da caça esportiva e de naturalistas em prol de um incipiente “preservacionismo”. O artigo destaca ainda um episódio ocorrido em 1910, quando o governador da África Oriental Alemã ordenou uma matança nas proximidades do Kilimanjaro. Em torno da polêmica suscitada pela matança, fez-se uma síntese do embate de ideias sobre o lugar da natureza selvagem na África sob domínio colonial alemão.

Palavras-chave: África; colonialismo alemão; caça; vida selvagem.

Abstract: This article aims the relationship between culture and nature under German colonial Rule in Africa, highlighting the emergence of ideas of wildlife preservation. In methodological terms, it was a spatial and temporal frame with focus on the German East Africa (now Tanzania) between 1906 and 1912, namely during the Albrecht von Rechenberg's (1861-1935) Administration. In this period, was a mobilization of some naturalists and hunters against changes in hunting laws and other measures and they fought in favor of the incipient "preservationism" in East Africa. The paper also highlights one episode, when Governor of German East Africa ordered a killing thousand animals around Kilimanjaro in 1910. On the basis of the controversy raised by the killing of animals, it was a synthesis of the clash of ideas about the place of the wildlife in Africa under German colonial rule.

Keywords: Africa; German colonialism; hunting; wildlife.

¹ Uma versão resumida do presente artigo foi apresentada no I Encontro Internacional de Estudos Africanos, realizado na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, em maio de 2011. A temática tratada neste artigo faz parte da pesquisa em andamento e realizada com bolsa produtividade do CNPq.

² Professor do curso de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. E-mail: silvio.correa@pq.cnpq.br.

O embate entre cultura e natureza

O colonialismo alemão transferiu para a África uma variante da dicotomia ocidental entre cultura e natureza. Para o caso europeu, essa antítese germânica foi tratada por Norbert Elias (1939) no primeiro capítulo do seu livro intitulado “Sobre o processo civilizatório”. Também Curt Grottewitz (1928) havia tratado da relação cultura e natureza.

Para o caso da natureza colonial, William Adams (2003) apontou para certas particularidades da visão europeia. Também a nova historiografia alemã (Wächter, 2008; Strandmann 2009; Isobe, 2009) tem cotejado o projeto de “domesticação da natureza tropical” por meio de medidas adotadas pelas autoridades coloniais, inclusive pautadas pela medicina tropical. Apesar do colonialismo alemão na África ter durado poucas décadas (1884-1918), os alemães se depararam com um problema criado por eles mesmos em suas colônias, isto é, do lugar destinado à vida selvagem.

Se nas colônias do Togo e Kamerun, a floresta densa foi um dos empecilhos para a colonização, no sudoeste africano (atual Namíbia) foi o deserto. Mesmo assim, os alemães procuraram explorar economicamente cada bioma ou ecossistema africano. Além do desmatamento em áreas florestais, outras técnicas de “domínio” da natureza foram empregadas com o fito de tornar as regiões produtivas em termos econômicos, malgrado o reduzido número de imigrantes alemães na África. Aliás, a minguada imigração alemã tornava ainda mais imprescindível a força de trabalho dos nativos à economia colonial.

Além das tentativas de exploração e controle dos recursos humanos, o colonialismo pretendeu controlar a vida selvagem por meio de uma série de regulamentações, notadamente em relação à caça. Assim, ordens específicas foram emitidas para determinadas

colônias, como, por exemplo, em relação à caça ao leão marinho na colônia alemã do sudoeste africano, à pesca ao peixe-boi no Togo, à caça ao gorila no Kamerun ou à caça ao elefante na África Oriental Alemã .

Na África Oriental Alemã, o comissário imperial Hermann von Wissmann (1853-1905) tinha a consciência da difícil tarefa que seria regulamentar a caça e, por conseguinte, adotar medidas de proteção/preservação da natureza e da vida selvagem sem comprometer o desenvolvimento econômico da colônia. Seu governo logrou, todavia, criar as bases legais de uma política de proteção animal, de reservas e de regulamentação da caça. Aliás, a ordenança imperial de caça de 1896 foi fortemente influenciada pela regulamentação de caça de tradição alemã (Gissbibl, 2006:126). Escusado lembrar que o domínio sobre o reino animal era *conditio sine qua non* para a efetiva apropriação dos espaços coloniais (Mackenzie, 2010:143).

A regulamentação de caça era uma forma de controle imprescindível ao poder colonial, sobretudo numa vasta região, onde a caça era praticada por vários grupos étnicos. Na África Oriental Alemã, por exemplo, a regulamentação de caça ao elefante era crucial para controlar o comércio do marfim, outrora nas mãos de comerciantes swahilis e um dos principais produtos de exportação da colônia.

A regulamentação da caça era, portanto, uma ferramenta importante ao domínio colonial, não apenas para a gestão de certos recursos alimentares, mas também do comércio (de marfim, de peles, de plumas, etc.) e de todo um mercado simbólico tanto para os colonizadores quanto para os demais grupos sob domínio colonial. Ao mediar a relação cultura e natureza, a regulamentação de caça e demais medidas de proteção/preservação da natureza e da vida selvagem no espaço colonial impactaram na estrutura social,

econômica e política de várias comunidades, nas quais a caça tinha múltiplas funções.

Porém, a prática da caça se distinguia uma das outras. Havia a caça esportiva praticada pelo *sportman* em busca de troféu, a comercial praticada pelo profissional em busca de mercadorias (plumas, peles ou marfim...) e ainda a caça “tradicional” para fins alimentares, sociais e/ou de controle ecológico. As fronteiras entre a caça esportiva, comercial ou “tradicional” foram, em muitos casos, fluidas. Muitos caçadores profissionais também eram amadores da caça esportiva. Caçadores nativos também se envolviam em caçadas com finalidades comerciais ou em expedições de amadores da caça esportiva.

Havia ainda a caça com finalidade científica, ou seja, para servir à ciência dos impérios, notadamente à zoologia. Animais conservados em formol ou empalhados ou apenas o seu esqueleto ou partes do seu corpo eram enviados para os museus de história natural da Europa. Havia ainda as coleções privadas de animais exóticos ou raros e cuja compra de exemplares era associada a um propalado interesse científico dos seus proprietários, como nas antigas coleções dos *cabinets de curiosités*. Em nome da ciência, profissionais ou nativos ou amadores da caça esportiva praticavam a caça para atender o campo científico. Mesmo sendo parte do mercado da caça comercial, o caráter científico de certas caçadas parecia ser um álibi para quem estivesse envolvido nesse negócio.

Um balbuciar do preservacionismo nos quadros do colonialismo

Desde o final do século XIX, algumas pessoas pugnaram para avançar a legislação colonial no que tange à preservação da natureza e aos (ab)usos dos recursos naturais. Pode parecer paradoxal que amadores da caça esportiva, como os alemães Carl G. Schillings, Hans Paasche e Hans Schomburg fossem também

“preservacionistas”. Estes homens foram os principais críticos daquela política colonial condizente com a caça comercial. Suas críticas foram publicados em revistas ou boletins de associações de caçadores, além de jornais da Europa e também da África. Nesse sentido, alguns periódicos de associações de caça, como, por exemplo a *Deutsche Jäger-Zeitung* e a *Zeitschrift des Allgemeinen Deutschen Jagdschutz-Vereins* e a *Deutsche Ostafrikanische Zeitung* constituem fonte ímpar sobre os primórdios da preservação ambiental e de proteção da vida selvagem durante o colonialismo alemão.

Escusado lembrar que a caça esportiva conheceu um período áureo durante o colonialismo. Porém, diante da drástica redução de certas espécies de animais selvagens pela caça comercial, os amadores da caça esportiva passaram a reclamar um controle mais severo da regulamentação de caça nas colônias. O grupo de amadores da caça esportiva era heterogêneo: alguns de origem aristocrata, outros meros funcionários ou comerciantes de origem burguesa e muitos colonos plebeus. Se alguns dândis reproduziam seu *habitus* aristocrático nas colônias africanas, burgueses e plebeus praticavam a caça esportiva como forma de emulação. Isso explica em parte o sucesso que obteve a caça esportiva na África colonial. Ela passou a fazer parte de um *habitus* colonial.

Na África colonial sob domínio alemão, a caça esportiva foi também praticada pelos soldados e oficiais da *Schutztruppe* (Wächter, 2008:29-30). Enfim, dândis, comerciantes, colonos, soldados e funcionários fizeram da caça esportiva um apanágio do poder branco no mundo colonial. Os reclames de material para caça ou safáris em jornais e magazines demonstram a popularidade do esporte na África colonial. Também o mercado editorial promovia uma copiosa literatura de caça (Mackenzie 1988, 1998). Nas páginas de jornais e revistas ilustradas também pululavam matérias sobre

schädigt wird. Nach dem Schuss geht man in Deckung, um das vollständig Verenden des Raubtiers abzuwarten. Ich schoss einen starken Leoparden, 205 Meter von Naselen Nr. 24 hinweg, mit Schuss Nr. 1 auf zika 21 Meter. Er bekam nur 2 Schote, da er wie rasend löbte, sein Kopf ins Herz, was in die Lunge. Er brach in Feuer zusammen und hat den Kopf nicht mehr geholt, als ich heranging, war er schon verendet. Die Lunge war sowie der Fettpolster selbst haben wir uns, die Rinde der Lunge hing in Fetzen herab, der Saft war zum Teil umgeflossen, Erde und Laub war aufgewühlt und die Bestie hatte sich auf dem Eisen 7 Zehne total ausgehoben. Ein gewiss guter Beweis für die Brauchbarkeit der kleinen Eisen.

Eine dritte Art von Fallen, welche nur von Schwarzen gebaut wird, besteht aus in die Erde getriebenen Pfählen, mit zerstreueren Baumstämmen behaftet, in der Art unserer heimischen Knippelfallen. Diese Falle wird mit Fleisch, Wild oder Affenfleisch, der sehr anziehend für die Nase wirkt, beladert. Ich sah jedoch erst einmal einen in dieser Falle gefangenen Löwen mit total zerwuchertem Schädel. Dieser primitiven Falle sind aber nicht zu empfehlen, da die Abstellung zu un-



schädigen kann, was bei einer Nachbache durch Schliff oder Wald und hohes trockenem Riedgras nicht möglich ist. Das Raubtier legt häufig so dicht an den Boden gedrückt, dass man Mühe hat, es überhaupt zu erkennen, auch wenn man, wie bei der Boma, bestimmt weiß, wo das Eisen liegen muss. Die Kette des Eisens muss so kurz sein, dass das Raubtier in dem Eisen nicht weiter als 50 bis 60 Zentimeter springen kann.

Das Lockter bringe ich abends 6 Uhr, also bei Sonnenuntergang, in seinen Versteck. Besonders für Löwen kann man einen alten, nicht mehr brauchbaren Esel nehmen, der durch sein klägliches Jäueln das Raubtier weithin anlockt. Ich persönlich habe den größten Erfolg mit Ziegen und Schafen gehabt. Man muss aber häufig mit dem Lockter wechseln, ebenso mit dem Fangplatz. Die Locktiere gewöhnen sich schnell an die Einwirkung des Lockers und nicht mehr lang genug. Ich nehme jede Nacht eine andere Ziege oder Schaf. Morgens um 6 Uhr wird das Tier wieder nach Hause gebracht, damit es sich von der übermässigen Angst erholen kann.

Mit Selbststichosen habe ich nie besondere Resultate erzielt, auch will mir scheitern, als ob die von mir ausprobieren zu kurz im Lauf waren. Mit Posten oder ganz röhren Schrotten geladen, besonders auf Säuen, welche unglücklichen Schaden in den Feldern anrichten, will ich sie gelten lassen, aber die Schweine geben zuletzt auch nicht mehr auf den Lein, ich halte Anstalt den Nächte bei Mondenschein auf Hochsüd und bei gutem Wind für zweckmäßiger. Das afrikanische Schwarzwild ist noch bedeutend vorzuziehen und heimlicher als dasjenige in Europa. Geoppann wird die Schote des Selbststichosen in Kolonhöhe an, dass der Faden sich gut 20 bis 25 Zentimeter nach dem Schuss bewegen lässt, also darf nicht zu straff gespannt sein; der Schuss sitzt dann mechtel blank.

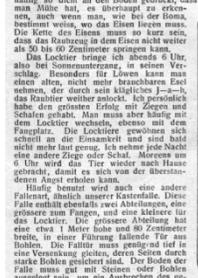
Sehr häufig geht es am andern Morgen bei der Nahrung der angeschossenen Säue aber nicht glatt ab, denn diese sind ein sehr lebenskräftiges Wild.

Gift ist eines der besten Mittel zur Verjagung des tierfreundlichen Raubtieres, obgleich es mir im allgemeinen zu ungewisslich vorkommt, damit es anzuwenden. Es soll nach nur der Vollständigkeit halber hier angedeutet werden. Den Stoff, den man siehe ich Zyankali vor. Die Eingangsstelle eines Schales, einer Ziege oder Antilope mache man in eine Länge zusammen und mache eine 3 bis 4 Kilometer lang Schluppe daran, schneide Länge, Leber, Milz usw. Messerspitze voll Strichsen lassen und lege diese Fritzen auf der Schluppe in Abständen von 50 bis 100 Meter aus. Hiergegen müssen die Giftfritzen natürlich vorsichtig wieder aufgezogen werden.

Zwischen Hyänen, Wildkatzen, Ichneumon, Schakalen und Wölfen sowohl wie verwesteter Handes der Neger räumt diese Methode, wenn sie gut durchgeführt wird, vorzüglich aus. Bei diesen Tieren kommt es ja weniger darauf an, dass man sie nachher findet.

Für Löwen und Leoparden ist am Ross auch Strichsen zu verwenden, jedoch geben die Tiere sehr häufig verloren, da das Gift im aquatischen Magen nicht schnell unglückliche Mengen Gift und erholen sich rasch wieder von der Vergiftung. Ein hehrliches Beispiel dafür habe ich in der letzten Nummer von "Kolonie und Heimat" erzählt. Ich habe mich mit dem Gift nicht um Löwen, denn es geht, zur Strecke gebracht, sondern eine ganze Hundemenge. J. L. Cooper.

Hyäne im Eisern.



Leopard (Jagd-). Photo. Schöner.

Panther-Gemetze in der Falle. Photo. v. Pflüger.



Hyäne im Eisern.

An der Tränke erlegter Leopard. Photo. v. Pflüger.

Als partir da década de 1910, o aumento da caça, tanto comercial quanto esportiva, acusava os limites da fiscalização e do controle da caça nos espaços coloniais. Apesar da referência histórica que fora a ordenança de caça de 1896, quando o comissário imperial Hermann von Wissmann tentou controlar a caça na África Oriental Alemã, houve um retrocesso em termos de proteção à vida selvagem em 1908.

Com a ordenança de caça de 1908 houve a suspensão da proibição da caça de elefantes que vigorava nos distritos de Moschi, Mpapua e Usumbura. Também aboliu-se o peso mínimo das presas que era de 5 kg. Com isso aumentou o abate indiscriminado. Durante o governo Rechenberg foi liberada ainda a caça à girafa, zebra, garça real e ao antilope, animais outrora protegidos pela lei

anterior, e foram reduzidos para nove o número de reservas. A flexibilização da regulamentação de caça e, por conseguinte, de proteção à vida selvagem teve impactos alarmantes. Entre eles, Wächter (2008:65) apontou para o aumento da exportação de marfim de 27.889 kilos em 1908 para 51.134 kilos em 1909.

A nova ordenança favoreceu a caça comercial e a sua falta de rigor em relação à legislação vigente nas vizinhas colônias inglesas acabou atraindo caçadores bôeres e europeus para a África Oriental Alemã. A propósito, Hans Paasche, Carl Schillings e Paul Matschie fornecem uma imagem negativa dos caçadores sul-africanos em seus respectivos artigos contra a matança indiscriminada na África oriental.

Na Alemanha, algumas figuras eminentes como Carl Hagenbeck (1844-1913), comerciante de animais e proprietário do parque zoológico de Hamburgo, e Ludwig Heck (1860-1951), biólogo e diretor do jardim zoológico de Berlim, manifestaram suas inquietações nos círculos do poder imperial sobre o que acontecia nas colônias africanas, especialmente na África oriental.

A imprensa foi um importante fórum desse debate, no qual se discutiu, entre outras coisas, a regulamentação da caça e a criação de reservas de proteção à vida selvagem nas colônias alemãs. Também o meio acadêmico foi outro fórum importante. As experiências coloniais tiveram suas particularidades, mas o risco da extinção de espécies de animais selvagens em várias colônias e a redução de várias espécies da fauna nativa fomentaram um debate inter-metropolitano, inter-colonial e trans-imperial sobre o devir da vida selvagem na África. Aliás, Richard Grove (1995) ressaltou a importância dos espaços coloniais franceses, ingleses e holandeses, especialmente ilhas no Oceano Índico e no Caribe, como lugares onde a forma violenta de exploração dos recursos naturais suscitou um pensamento "preservacionista" da natureza tropical. Assim, a

“Partilha da África” pode ter sido um catalisador para esse processo de “conscientização preservacionista” em meio imperial e colonial.

É nesse contexto de imperialismo e colonialismo que foi realizada a *International Conference for the Preservation of the Wild Animals, Birds and Fishes of the African Continent* em Londres, em 1900. Carl Georg Schillings foi um dos representantes alemães. Ele seria, posteriormente, o principal crítico de algumas medidas relativas à vida selvagem do governo Rechenberg na África Oriental Alemã (Wächter 2008:63; Baldus, 2001:04). Apesar do acordo de intenções dos Impérios, não se logrou elaborar uma política comum de preservação à vida selvagem nos espaços coloniais. Na África austral e oriental, as colônias da Grã-Bretanha, de Portugal e da Alemanha tinham distintas regulamentações de caça. Algumas delas eram mais rigorosas que outras. Aliás, a referida convenção de Londres de 1900 não foi ratificada por Portugal e Alemanha.

A matança anual de milhares de elefantes e a drástica redução das manadas em certas regiões foram discutidas na imprensa metropolitana e colonial tanto em língua francesa e portuguesa, quanto inglesa e alemã. Esses assuntos transversais às fronteiras coloniais fomentavam também um debate em escala internacional. De diferentes nacionalidades, cientistas e amadores da caça esportiva reclamaram a falta de uma política de proteção à vida selvagem válida para todos impérios e suas respectivas colônias.

No caso específico do colonialismo alemão, as críticas de Carl Georg Schillings se coadunaram com as de Fritz Behn, Paul Sarasin e Paul Matschie, formando um conjunto de ideias de uma incipiente crítica ambiental na África colonial sob domínio alemão (1884-1919). Esses protagonistas do preservacionismo tentaram superar o esquema interpretativo e reducionista da relação cultura e natureza em voga à época.

Cabe destacar ainda que parques de preservação da natureza já existiam na Alemanha do II Reich (Schmoll, 2004). Além disso, desde a sua criação em 1872, o parque nacional de Yellowstone, nos EUA, serviu de modelo aos idealizadores de parques e reservas na África colonial. Mas a prática da caça esportiva foi uma experiência incontornável aos primeiros defensores europeus da vida selvagem nos vastos domínios da África colonial. Como já foi tratado anteriormente, os cientistas praticavam também a caça para obter animais (vivos ou mortos) ou compravam de caçadores amadores para suas coleções ou das instituições a que eram filiados.

Um “escândalo civilizatório”

Desde quando Albrecht von Rechenberg assumiu o governo da África Oriental Alemã, a balança comercial favorável da colônia foi sua meta econômica. Para isso, o aumento da exportação do marfim e o crescimento da produção agrícola e pecuária eram visados em detrimento da vida selvagem. Apesar de opiniões divergentes, a ideia de que a vida selvagem representava um empecilho aos “interesses coloniais” mostrou toda a sua força quando, em 1910, o governador Rechenberg deu ordem para uma matança sem precedentes.

Para Rechenberg, a matança de milhares de animais selvagens seria a única alternativa para evitar a peste bovina, supostamente detectada na vizinha África Oriental Britânica (Wächter, 2008:73). A criação de um “cinturão de saneamento” nas cercanias do Kilimanjaro foi uma ‘medida de extermínio’ (*Ausrottungsmassnahme*) que durou um mês, sendo alvejadas dezenas de milhares de animais selvagens de mais de 20 espécies, segundo Carl G. Schillings (1911). Essa “faixa sem vida” forjada pelas armas numa das regiões de maior biodiversidade da África foi

alvo de várias críticas (Behn, 1911; Matschie, 1911; Paasche, 1911; Sarasin, 1911, Schillings, 1911). Tal matança sob as ordens de Rechenberg chegou a ser alcunhada de escândalo civilizatório (*Kulturskandal*) por alguns críticos coevos. Em matéria publicada no jornal de Dar es Salaam (02.12.1911), Carl G. Schillings informa ter usado o termo *Kulturskandal* em evento da *Deutsche Kolonialgesellschaft*, realizado em Stuttgart nos meados de 1911. Por seu turno, Fritz Behn empregou o termo *Kulturskandal* em título de artigo publicado num semanário de ciência natural em 1911.

A mobilização em prol da vida selvagem tanto na imprensa alemã quanto no círculo da corte imperial em Berlim foi fundamental para impedir que o governador da África Oriental Alemã ordenasse uma segunda matança de milhares de animais selvagens quando houve suspeita de peste bovina, na vizinha Uganda, em meados de 1911 (Wächter, 2008:75-76).

Preservação *versus* desenvolvimento

Na África Oriental Alemã, a política do governo de Rechenberg se valeu de todos os meios para obter uma balança comercial favorável. Escusado lembrar que a economia colonial era alvo de críticas na Alemanha, onde os sociais-democratas enfatizavam os custos e dispêndios do Império alemão, inclusive financeiros, com as colônias ultramarinas. O líder social-democrata August Bebel chegou a afirmar que um copo de leite produzido numa fazenda africana era mais caro para o bolso do trabalhador alemão que uma taça de champagne (TOWNSEND, 1931:195) Para lograr o aumento das exportações não houve qualquer escrúpulo em introduzir uma nova regulamentação de caça em 1908, favorecendo a caça comercial, a “unsportsmanlike shooting” (*unweidmännische Aas-Jägerei*) tão criticada por Wissmann, Schillings e outros amadores da caça esportiva. Também se reduziu o número de

reservas e se desmatou acres para introduzir novas culturas agrícolas, além do desmatamento como medida de saneamento de zonas endêmicas de doenças tropicais, como a malária e a doença-do-sono.

Algumas medidas do governo Rechenberg foram orientadas por uma vontade obsessiva em subjugar a vida selvagem. Tal obsessão chegou ao extremo com a já mencionada ordem de matar dezenas de milhares de animais selvagens nas proximidades do Kilimanjaro (Wächter, 2008:73-76). Apesar da aversão pessoal de Rechenberg à vida selvagem, cabe ressaltar que muitos colonos, comerciantes, funcionários, soldados e outros agentes do colonialismo também compartilhavam de certas ideias do governador. Entre elas, a de que a vida selvagem era um empecilho à civilização nos trópicos.

A ideia de civilização nos trópicos também moldurava um pensamento científico em prol do desenvolvimento das colônias em detrimento da vida selvagem. Em 1908, no mesmo ano que passou a vigorar a nova ordenança de caça na África Oriental Alemã, o eminente bacteriologista e prêmio Nobel de medicina, Dr. Robert Koch (1843-1910) propôs o extermínio de algumas espécies da fauna bravia para erradicar a doença-do-sono em certas regiões já que havia sido comprovado que a mosca tsé-tsé se alimentava do sangue de certos animais. Também em zonas coloniais de língua inglesa houve controvérsia sobre a relação entre animais selvagens e a doença-do-sono (Mackenzie, 1990: 187-212). Aliás, Dr. Livingstone já havia comentado que a doença-do-sono seria erradicada com a marcha civilizatória sobre a natureza selvagem (Mackenzie, 1998:234).

Não tardou para a imprensa colonial em língua alemã imprimir em suas páginas a polêmica em torno da extinção de várias espécies de animais selvagens para erradicar a doença-do-sono. O

jornal de Swakopmund, na África do Sudoeste Alemã (atual Namíbia), publicou matéria sob o título *Wildschutz in deutschen Kolonien*, em sua edição de 30 de maio de 1908. A proteção da vida selvagem nas colônias alemãs havia sido tema da reunião da *Allgemeine Deutsche Jägerschutzverein*, realizada em abril de 1908 na capital do império alemão. Nessa ocasião, a posição do Dr. Koch em favor da matança dos grandes animais selvagens para combater a doença-do-sono foi tratada pelos participantes. A discordância em torno da proposta de extermínio de Robert Koch partiu não apenas de membros de associações de caça e da nobreza alemã, como o duque de Mecklenburg e o duque Victor von Ratibor, mas também de membros do meio científico alemão como o Prof. Matschie e o Dr. Sander.

A polêmica em torno da extinção dos grandes animais esteve associada à formação de reservas, inclusive para a caça esportiva. Porém, alguns achavam que tais reservas preservariam também as doenças tropicais. Em 17 de agosto de 1912, o jornal de Lüderitzbucht, na colônia alemã do sudoeste africano, publicou matéria sobre o papel da fauna bravia como elo intermediário do ciclo da doença-do-sono. A matéria tratou da posição do conde Zech, ex-governador da colônia do Togo, sobre pecuária, animais selvagens e doença-do-sono. Também se referiu à experiência na Nyassalândia (atual Malawi), onde o governo britânico conduziu o extermínio de animais selvagens numa área de 10 milhas quadradas com o fito de erradicar a doença-do-sono. Escusado lembrar que o eminente pesquisador inglês Sir David Bruce (1855-1931) chegou a afirmar que a vida selvagem deveria ser sacrificada em prol da civilização (*Das Wild muss der Zivilisation geopfert werden*); ao menos, assim foi publicado em matéria do jornal de Lüderitzbucht (13.04.1914).

A matança alhures

A matança de animais selvagens por ordem governamental na África Oriental Alemã não foi um fato isolado. Como em matéria supracitada de um jornal do sudoeste africano, houve uma matança na Nyassalândia britânica em 1912. Nas décadas seguintes, a matança foi se tornando prática do "sanitarismo colonial" para tentar reduzir as tripanossomoses e outras zoonoses. O objetivo de destruir as comunidades glossínicas resultou em matanças indiscriminadas nas quais muitos mamíferos foram alvejados por suspeita de portar tripanossomíase ou outra doença.

A maioria das campanhas de evicção da fauna bravia ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960. Na Rodésia (atual Zimbabwe), por exemplo, foram realizadas campanhas entre junho de 1958 e outubro de 1960. Em Uganda, desde o final da década de 1950 até 1963 foram realizadas campanhas de evicção da fauna bravia, sendo que algumas espécies como os búfalos foram dizimadas por completo. Em Botswana, na região do delta do rio Okavango, a campanha durou 23 anos. As espécies animais mais visadas foram, entre outros, cudos, búfalos, facóceros, impalas e cabritos vermelhos. Na Zâmbia, uma campanha foi realizada durante dois anos numa área de 520 km². Em Moçambique, as Brigadas de Caça da Missão de Combate à Tripanossomíase (MCT) realizaram campanhas desde 1947 até o final do período colonial, ou seja, por quase 30 anos. Em artigo publicado na Revista Agrícola (1972), o veterinário Travassos dos Santos Dias calculou em 233.513 o número total de animais exterminados (búfalos, cudos, impalas e outros).

Com base nesses exemplos, pode-se inferir que as campanhas de evicção da fauna bravia foram constantes durante o século XX, tanto em áreas sob domínio colonial alemão, quanto inglês e português. Tratou-se de uma prática de extermínio da vida selvagem com pretensa base científica e com explícito intento

econômico, pois se acreditava que as regiões onde havia comunidades glossínicas poderiam ser “melhor aproveitadas” com a pecuária, etc. Porém, alguns cientistas como o português Dr. Travassos dos Santos Dias (1972:25) considerava um grande erro acreditar que toda a área habitada por animais selvagens também poderia ser por animais domésticos. Apesar das críticas de cientistas alemães ao radicalismo da proposta do Dr. Robert Koch em relação à matança de muitas espécies de animais selvagens, a matança continuou nas décadas seguintes em outras colônias, onde a crítica também se fez presente. Mas as campanhas de evicção da fauna bravia foram realizadas à revelia das críticas dos defensores da vida selvagem.

Considerações finais

A caça na África colonial foi uma das grandes responsáveis pela drástica redução de certas espécies de animais selvagens e mesmo pela extinção de algumas delas em determinadas regiões. Durante o colonialismo alemão, as ordenanças regulavam a prática comercial e esportiva da caça e cada colônia teve uma série delas. Entre as colônias alemãs, a África Oriental Alemã foi aquela que apresentou maiores problemas em termos de regulamentação da caça e, por conseguinte, de proteção da vida selvagem. Em 1910, a matança nas proximidades do Kilimanjaro foi o ápice dessa política colonial que visava, segundo as palavras do governador Rechenberg, construir “uma colônia e não um jardim zoológico”.

Se as ideias predominantes no imaginário colonial consideravam um imperativo a domesticação da natureza selvagem, havia um discurso incipiente, diferente, em prol da preservação da vida selvagem. Portanto, a emergência de um preservacionismo tem muito a ver com a caça realizada em grande escala nas colônias alemãs na África.

É claro que a experiência de parques e reservas tanto na Alemanha quanto nos EUA orientaram um número reduzido de pessoas a pugnar em prol de medidas eficazes de proteção à natureza e à vida selvagem nas colônias alemãs na África. Entre essas pessoas, destacaram-se alguns caçadores, como Hans Schomburg e Carl G. Schillings, que deixaram os rifles por câmaras fotográficas e de filmagem e que se mobilizaram em defesa da vida selvagem. A organização de safáris, o comércio de animais selvagens para parques zoológicos e museus de história natural, a produção científica e/ou artística de imagens (fotográficas e cinematográficas) da África selvagem e outras atividades realizadas por essas pessoas suscitam controvérsias sobre os limites do “preservacionismo” que orientava tais práticas.

Mas o protagonismo destes “amadores da natureza” acusa, ao menos, uma discordância da ideia que predominou durante o governo Rechenberg em relação ao lugar da vida selvagem na colônia. Carl Schillings, Paul Matschie, Hans Paasche e outros se opuseram abertamente à política colonial em relação à vida selvagem. Cabe ressaltar que outras críticas contra o colonialismo alemão como a venda de bebidas alcóolicas e o trabalho compulsório já tinham sido formuladas por parlamentares do calibre de Eugen Richter e August Bebel e também expressas em forma de sátira na imprensa alemã, como por exemplo, no semanário ilustrado *Simplicissimus*. Enfim, o “escândalo civilizatório” de 1910 se inscreve numa série de outros escândalos do colonialismo.

Após a matança de 1910 na África Oriental Alemã, o governo imperial alemão foi pressionado a introduzir uma nova ordenança de caça, que passou a vigorar em novembro de 1911. Embora houvesse uma cobrança dos “protecionistas” para aumentar o rigor das leis de proteção à natureza e à vida selvagem, os exemplos eram, muitas vezes, das vizinhas colônias inglesas, o que

demonstra que o colonialismo não estava sendo colocado em xeque pelos “protecionistas” como Schillings, Fritz Behn, Paul Sarasin e Paul Matschie. Eles pensaram a relação cultura e natureza diferentemente daquela que orientou o *establishment* colonial, porém continuaram a pensá-la nos quadros do colonialismo.

Referências bibliográficas

ADAMS, William M. “Nature and the Colonial Mind,” in ADAMS, W.; MULLIGAN, Martin (eds) *Decolonizing Nature: Strategies for Conservation in a Post-Colonial Era*. London, 2003, p.16-50

BALDUS, Rolf. *Wildlife Conservation in Tanganyika under German Colonial Rule*. Internationales Afrikaforum, München, 2001. www.wildlife-programme.gtz.de/wildlife/download/colonial.pdf

DIAS, Jaime Augusto Travassos Santos. Terão justificação os abates indiscriminados da caça como medida de luta contra a mosca tsé- tsé? In: Revista agrícola. vol. XIV, No 142 (Jan. 1972), p. 22- 26.

ELIAS, Nobert. *Über den Prozess der Zivilisation*. Basel: Verlag Haus zum Falken, 1939.

GISSIBL, Bernhard. German Colonialism an the Beginnings of the International Wildlife Preservation in Africa. German Historical Institut, London, Bulletin Supplement, 3 (2006), pp.121-143.

GROVE, R. *Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600-1860*. Studies in Environmental History. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GROTTEWITZ, Curt. *Der Mensch als Beherrscher der Natur*. Berlin: Der Bücherkreis, 1928.

ISOBE, Hiroyuki, *Medizin und Kolonialgesellschaft: Die Bekämpfung der Schlafkrankheit in den deutschen Schutzgebieten. Tropenmedizin vor dem Ersten Weltkrieg*, Berlin: LIT Verlag, 2009.

KOCH, Robert. *Über meine Schlafkrankheits-Expedition*. Vortrag gehalten in der Abteilung Berlin-Charlottenburg der Deutschen Kolonialgesellschaft, Berlin: Dietrich Reimer, 1908.

MACKENZIE, John M. La chasse, un sport impérial? SINGARAVÉLOU, Pierre; SOREZ, Julien (sous la dir.) *L'empire des sports*. Paris: Belin, 2010.

_____ *The Empire of Nature: Hunting, Conservation and British Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1998.

_____ Experts and amateurs: tsetse, nagana and sleeping sickness in East and Central Africa, in MACKENZIE, J. (dir.) *Imperialism and the Natural World*, Manchester: Manchester University Press, 1990, p.187-212.

_____ "Hunting and Juvenile Literature", in RICHARDS, Jeffrey (ed). *Imperialism and Juvenile Literature*. Manchester: Manchester University Press, 1988, p.144-172.

MANGAN, J. A ; MCKENZIE, Callum. "Blooding the Martial Male: the Imperial Officer, Field Sports and Big Game Hunting" (Special Issue) *The International Journal of the History of Sport* (IJHS), 25, 9, 2008, p.1080-1105.

SARASIN, Paul. *Über nationalen und internationalen Vogelschutz, sowie einege anschliessende Frage des Weltnaturschutzes*, Basel: Helbing & Lichtenhahn, 1911.

SCHILLINGS, Carl G. "Zur Frage des Naturschutzes in den deutschen Kolonien, namentlich in Deutsch-Ostafrika. *Naturwissenschaftliche Wochenschrift*, Nr. 51, Berlin, 1911, p.807-814.

SCHMOLL, Friedemann. *Erinnerung an die Natur: Die Geschichte des Naturschutzes im deutschen Kaiserreich*. Frankfurt, Campus Verlag, 2004.

STRANDMANN, Hartmut Pogge von. *Imperialismus vom Grünen Tisch*. Deutsche Kolonialpolitik zwischen wirtschaftlicher Ausbeutung und „zivilisatorischen“ Bemühungen, Berlin: Ch.Links-Verlag, 2009.

TOWNSEND, M. *Macht und Ende des deutschen Kolonialreiches*. Leipzig, 1931.

WÄCHTER, H. Jürgen. *Naturschutz in den deutschen Kolonie in Afrika (1884-1918)*. Berlin: Lit Verlag, 2008.

Artigos (periódicos)

ANÔNIMO. “Gouverneur Graf Zech über Wildschutz und Schlafkrankheit”, *Lüderitzbuchter Zeitung*, Lüderitzbucht, 17.08.1912.

ANÔNIMO. “Ein Naturschutzpark in unseren Kolonien”. *Lüderitzbuchter Zeitung*. Lüderitzbucht, 03.04.1914.

ANÔNIMO. “Die neue Jagdverordnung und der Wildschutz”, *Deutsch-Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 20, 23 e 30.12.1911.

ANÔNIMO. “Für den Wildreichtum Südwestafrikas”, *Windhuker Zeitung*, Windhuk, 11.11.1912.

ANÔNIMO. “Ein Naturschutzpark in unseren Kolonien”, *Lüderitzbuchter Zeitung*. Lüderitzbucht, 03. 04.1914.

BEHN, F. “Naturerhaltung und Wildmord in Deutsch-Ostafrika – ein Kulturskandal”. *Naturwissenschaftliche Wochenschrift*, Nr. 51, Berlin, 1911. pp.801-807.

MATSCHIE, P. “Die Verwüstung deutsch-ostafrikanische Wildbahnen”, *Zeitschrift des Allgemeinen Deutschen Jagdzchutz-Verbandes* 16 (31), 1911: 360-361.

PAASCHE, H. “Deutsch-Afrikanische Naturschutzparke”, *Der Tag*. 24/08/1911.

SCHILLINGS, Carl G. “Wildmord in Deutsch-Ostafrika”, *Zeitschrift des Allgemeinen Deutschen Jagdzchutz-Verbandes* 17 (32), 1911: 378-379.

SCHILLINGS, Carl G. “Hagenbeck als Erzieher”. *Deutsch-Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 02.12.1911.

Artigo recebido em 15/08/2011

Artigo aceito em 27/12/2011

